Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Nº 1

SUBSTITUTIVO DE PROJETO DE LEI Nº 159 , DE 2013.

(Autor: Vereador Rui Capelão Cardoso /PPS)

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Recebi em 02/10/13
Kleide S. Mayer
Diretora de Plenário e Apoio as Sessões

SUBSTITUI O PROJETO DE LEI 159/2013 QUE PROÍBE A ATRIBUIÇÃO DE FUNÇÕES DE COBRANÇA DE PASSAGENS AOS MOTORISTAS DE ÔNIBUS - DUPLA FUNÇÃO - NO MUNICÍPIO DO CASCAVEL.

A Câmara Municipal de Cascavel, Estado do Paraná, aprova:

Art. 1º As empresas concessionárias de serviços de transporte coletivo do Município de Cascavel ficam proibidas de atribuir aos motoristas funções relacionadas com a cobrança das passagens - dupla função.

Parágrafo único. A proibição prevista neste artigo abrange todos os modelos de veículos, sejam eles ônibus convencionais, com uma ou duas portas, de qualquer tipo de linha.

Art. 2º As empresas têm quarenta e cinco dias para providenciar a adaptação de seus veículos.

Parágrafo único. As empresas não podem reduzir a frota circulante com fundamento na inadequação dos veículos.

Art. 3º O descumprimento desta Lei implica em multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por cada infração autuada.

Parágrafo único. Na reincidência, será aplicada em dobro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Jose Neves Formighieri, Cascavel.

01 de outubro de 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Rui Capelão Cardoso
Vereador • PPS

JUSTIFICATIVA

Antes de tudo, trata-se de medida de segurança. Se existe a proibição para o uso de celular pelos motoristas, sob o fundamento de que esta atividade lhes retira a atenção para dirigir, imagine-se atribuir ao motorista a função de cobrança de passagens.

Os que defendem a manutenção da dupla função alegam que a determinação é para que o motorista só de a partida do ponto com o ônibus depois de cobradas todas as passagens. Trata-se de imposição impossível de ser cumprida. Imagine-se pela manhã, hora do rush, o motorista retendo o carro para efetuar a cobrança de passagens.

Além do mais, essa dupla função traz muito mais problemas de saúde para os motoristas, devido ao stress, a tensão nervosa, e a responsabilidade pela prestação de contas.

Há ainda, associada a essa função, o controle da bilhetagem eletrônica, a liberação da catraca, a efetuação do troco. E o que é pior, nos micro-ônibus os motoristas ainda ganham menos que os demais, pois são da categoria Junior, embora exerçam essa outra atribuição.

A Constituição Federal, em seu art. 30, inciso V, estabelece que compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assim, na organização do transporte coletivo, nosso Município deve adotar essa medida que contribuirá para redução de acidentes, trará melhoria à qualidade do serviço prestado pelos motoristas de ônibus, razão pela qual peço o apoio de meus pares à aprovação deste Projeto.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Rui Capelão Cardoso
Vereador - PPS

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(...)
CAPÍTULO IV
Dos Municípios
(...)

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

(...)

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos demais Pares.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL
Rui Capelão Cardoso
Vereador - PPS